

# Direito Empresarial

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 24.07.2019

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<b><u><a href="#">Lei Federal nº 13.818, de 24 de abril de 2019</a></u></b>	Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), para dispor sobre as publicações obrigatórias e ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.
<b><u><a href="#">Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019</a></u></b>	Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples. <u>Mensagem de veto.</u>
<b><u><a href="#">Decreto Federal nº 9.769, de 16 de abril de 2019</a></u></b>	Estabelece a competência para autorizar o exercício da atividade de escrituração de duplicatas escriturais.
<b><u><a href="#">Lei Federal nº 13.792, de 03 de janeiro de 2019</a></u></b>	Altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar o quórum de deliberação no âmbito das sociedades limitadas.
<b><u><a href="#">Lei Federal nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018</a></u></b>	Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.
<b><u><a href="#">Decreto Federal nº 9.405, de 11 de junho de 2018</a></u></b>	Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

## Direito Empresarial

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 24.07.2019

<a href="#"><u><b>Decreto Federal nº 9.387, de 29 de maio de 2018</b></u></a>	Dispõe sobre a exclusão das participações acionárias detidas pelo extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento do âmbito do Programa Nacional de Desestatização.
<a href="#"><u><b>Decreto Federal nº 9.181, de 26 de outubro de 2017</b></u></a>	Altera do Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.
<a href="#"><u><b>Lei Federal nº 13.476, de 28 de agosto de 2017</b></u></a>	Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.
<a href="#"><u><b>Lei Complementar nº 154, de 18 de abril de 2016</b></u></a>	Acrescenta § 25 ao art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento.
<a href="#"><u><b>Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016</b></u></a>	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <a href="#"><u>Mensagem de veto</u></a>
<a href="#"><u><b>Decreto Federal nº 8.723, de 27 de abril de 2016</b></u></a>	Altera o Decreto nº 6.889, de 29 de junho 2009, que dispõe sobre o Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas.
<a href="#"><u><b>Mensagem de veto total nº 482, de 12 de novembro de 2015</b></u></a>	Projeto de Lei no 6.299, de 2009 (no 304/08 no Senado Federal), que "Altera o caput do art. 60 da Lei no 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária".
<a href="#"><u><b>Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015</b></u></a>	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

## Direito Empresarial

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 24.07.2019

<b><u>Lei Federal nº 13.129, de 26 de maio de 2015</u></b>	Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.
<b><u>Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014.</u></b>	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 11.127, de 28 de junho de 2005</u></b>	Altera o artigo 192 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
<b><u>Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005</u></b>	Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
<b><u>Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968</u></b>	Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.
<b><u>Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945</u></b>	Lei de Falências.
<b><u>Decreto Federal nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908</u></b>	Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.

# Direito Empresarial

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 24.07.2019

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento**  
**Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.ius.br](mailto:seesc@tjrj.ius.br)